



# Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

## Alteração e Ampliação da ERPI



## Requalificação da ERPI - Pensionato



## Substituição da Cobertura Exterior do Lar

## Relatório e Contas do Exercício de 2019



## **Relatório de Atividade**

### **Preâmbulo**

Desde o início de 2020 que surgiram casos de um novo vírus, que rapidamente tomou proporções nunca vistas, tendo obrigado a Organização Mundial de Saúde a considerar a sua propagação como uma pandemia. Os diversos países a nível mundial, embora em tempos distintos, decretaram estado de emergência ou calamidade, com a paragem da atividade de inúmeras empresas, o que provocou fortes impactos na economia, prevendo-se vir a ser a maior crise económica vivida desde sempre.

A Direção está a acompanhar de forma atenta o desenvolvimento da situação, predispondo-se a tomar as medidas necessárias por forma a garantir a continuidade do negócio. É nossa intenção proceder continuamente, com base na melhor informação disponível à data, a uma adequada avaliação dos impactos (diretos e indiretos) decorrentes desta pandemia, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer do ponto de vista operacional e das condições de evolução futura da atividade. Estamos também empenhados em implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar os danos que daqui possam advir para a Entidade, para os seus colaboradores e para todos os agentes económicos com quem se relaciona.

### **Relatório de Gestão**

No ano de 2019, a área social, dependente em boa parte da política de pensões, e das disponibilidades financeiras das famílias, continuou a sofrer de graves dificuldades financeiras.

A comparticipação financeira da segurança social, como contrapartida da prestação de apoio social no âmbito de acordos de cooperação, para o ano de 2019, aumentou em cerca de 1,3%, relativamente ao ano anterior. Por outro lado o aumento das pensões, base da comparticipação das Pessoas Idosas, para os cuidados que lhes prestamos, foi muito pouco significativo. As dificuldades das famílias em pagar as prestações complementares dos serviços prestados aos idosos continuaram a existir.

O PEA (Programa de Emergência Alimentar) continuou ativo, apesar do lançamento de novo programa de apoio alimentar, sempre com o número de refeições acordadas e pagas pela Segurança Social, à quem da procura justificada. O valor pago por refeição, pela Segurança Social, mantêm-se desde do ano em que foi lançado – 2012. Este apoio alimentar a carenciados continuou a exigir um esforço financeiro acrescido para a Misericórdia, pelo facto de continuar a aumentar o preço por refeição e também por servirmos mais refeições do que as pagas pela Segurança Social.

As limitações nos meios de diagnóstico e terapêutica limitou o crescimento das receitas da unidade de Medicina Física e de Reabilitação. Continuou a Misericórdia a dar apoio no transporte aos mais carenciados, que necessitaram de recorrer a cuidados de fisioterapia, e para os quais, sem este apoio não poderiam fazer a sua recuperação.

Prosseguiu a modernização da nossa estrutura funcional, com rentabilização dos recursos humanos, e soluções técnicas mais evoluídas, particularmente no setor da informática e telecomunicações.

Foi realizado um investimento significativo nas instalações e bens duradouros, tendo-se concluído todo o processo dos concursos das empreitadas das diversas obras programadas de requalificação das estruturas

residenciais, e obras complementares.

A sustentabilidade da Instituição, nas suas vertentes económica e financeira, continuou a ser uma preocupação constante, ajustando as despesas às receitas.

O reforço de meios humanos e sua formação, que continuou a ser preocupação nestes serviços, constituem um pilar na inovação da Instituição.

### **Área Social**

A ocupação das camas disponíveis nas estruturas residenciais, manteve-se constantemente nos 100 %, não tendo a Misericórdia conseguido dar resposta, por falta de camas, às solicitações da população.

As situações de demência frequentes, e o estado de saúde das pessoas que procuram as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, exigiram a manutenção de serviço de saúde de apoio bem estruturado, de modo a responder a essas necessidades.

### **Área da Saúde**

#### Cuidados Continuados:

Neste serviço, particularmente na tipologia de Longa Duração, o estado de saúde das pessoas que nos chegam, exigem mais cuidados o que se traduz em custos elevados.

#### Medicina Física e de Reabilitação:

Nesta área, verificou-se um ligeiro aumento de atividade.

#### Serviço de Psicologia:

O aumento das situações de demências e de fragilidade emocional, dos nossos residentes na ERPI, e utentes de outros serviços obriga a um plano de intervenção deste serviço, no sentido de garantir melhoria na qualidade de vida das pessoas que cuidamos.

### **Área do Trabalho**

A avaliação de desempenho, continua a ser um instrumento essencial na evolução nas carreiras profissionais.

Não foi possível ainda, neste quadro de restrições económico-financeiras, realizar aumentos de salários generalizados. Além do aumento do salário mínimo, a publicação de alterações aos acordos de trabalho, obrigou a reposicionar nas novas carreiras.

Um número significativo de trabalhadores, viu as suas remunerações aumentadas, daí resultando um aumento da ordem 2,6 %, na massa salarial bruta e encargos associados.

### **Administração:**

#### Serviços Administrativos e Financeiros:

A inovação da Instituição passa necessariamente pela existência de informação estruturada, essencial às tomadas de decisão, exigindo-se destes serviços um trabalho rigoroso e célere, e cada vez mais alargado.

Só com base em informação atempada e segura é possível realizar melhores contratos de aquisição e daí obter ganhos.

Foi implementada uma gestão criteriosa dos depósitos e da dívida.

### **Análise do grau de execução do Plano de Atividades previsto para o ano de 2019:**

- I – Capacitação e qualificação de trabalhadores;
- II - Promoção da qualidade dos serviços prestados;
- III - Requalificação da ERPI - Pensionato;
- IV - Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;
- V – Voluntariado;
- VI– Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços;
- VII – Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

### **Capacitação dos trabalhadores**

Foi realizada formação de 2020 horas, destinada às classes profissionais ligadas à prestação de cuidados aos utentes, iniciando-se, deste modo, a concretização de um alargado plano de formação, a prosseguir nos anos seguintes. Ocorreu formação diversa para os quadros da Instituição, particularmente na área da Gestão de Recursos Humanos, Gestão Administrativa e Financeira e área da Saúde.

### **Promoção da qualidade dos serviços**

#### **Requalificação da ERPI – Pensionato**

O Pensionato, enquanto estrutura residencial para pessoas idosas, sem acordos de cooperação com a Segurança Social, deve obedecer à legislação existente para o efeito, e por tal, a sua requalificação foi impulsionada, de modo a concluir a sua legalização, perante a Segurança Social, suportada por instrumentos financeiros criados para o feito.

### **Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local:**

Prosseguiu o PEA (Programa de Emergência Alimentar).

No âmbito deste programa, foram apoiadas mais pessoas do que as acordadas em protocolo com a Segurança Social.

### **O voluntariado**

Manteve-se em funcionamento o voluntariado, sem grande alargamento, tendo em conta a necessidade de compatibilizar as disponibilidades dos voluntários, com o ritmo e organização das valências da Instituição.

### **Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços:**

Foram prosseguidas as estratégias iniciadas em anos anteriores de:

- Simplificação do controle de faturas, enquadrando a tendência de faturação eletrónica, em substituição do papel, aumentando a segurança na circulação destes documentos.
- Alargamento da circulação e controlo da informação relativa ao movimento de utentes/ clientes nas

respostas sociais, com a finalidade de melhorar o controle de cobrança das faturas de prestação de serviços e garantir maior segurança na informação lançada nas plataformas da Segurança Social

- Implementação de procedimentos internos para cobrança de dívidas dos utentes/clientes, dos diversos serviços, que o serviço jurídico persegue, e que permite cobrar alguma da dívida de ex-utentes/clientes;
- Criação de suportes centralizados de informação estruturada, nas diversas áreas de funcionamento da Instituição, como apoio à Gestão, permitindo a tomada de decisões mais seguras na área financeira.

**Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira:**

O serviço de contencioso, continuou de modo sistemático, a recuperar dívidas de utentes/residentes/clientes.

Foi perseguido um controlo de custos, racionalizando a metodologia de manutenção dos equipamentos e instalações.

Foram aferidos os critérios para as participações das famílias, face aos custos dos serviços, e às suas disponibilidades financeiras.

A Mesa Administrativa

A **Mesa Administrativa** dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido no seu compromisso, presta informação económico financeira, referente ao período de 2019, com base nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração da Alteração nos Fundos Patrimoniais
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Anexo

As contas de gerência do ano de 2018, foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM**

Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2019

<b>DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>ANO2019</b>	<b>ANO2018</b>
<b>Vendas e serviços prestados</b>	p10, pg39	<b>4.691.456,79</b>	<b>4.662.775,16</b>
ISS, IP - Centros distritais		1.105.546,55	1.107.374,17
Outros		3.585.910,24	3.555.400,99
<b>Subsídios, Doações e Legados à exploração</b>	p12, pg39	<b>161.919,98</b>	<b>68.671,47</b>
<b>Variação nos inventários da produção</b>			
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>			
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	p18, pg42 m)	<b>-799.423,81</b>	<b>-778.132,40</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	p18, pg41 g)	<b>-966.562,53</b>	<b>-1.035.087,77</b>
<b>Gastos com pessoal</b>	p16, pg39	<b>-3.295.766,45</b>	<b>-3.213.422,00</b>
<b>Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)</b>			
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>		<b>0,00</b>	<b>-8.640,97</b>
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>			
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>			
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>			
<b>Aumentos/Reduções de justo valor</b>			
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	p18, pg41 h)	<b>495.087,52</b>	<b>587.250,13</b>
<b>Outros gastos</b>	pg37, cnt 68	<b>-31.253,87</b>	<b>-29.287,81</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>255.457,63</b>	<b>254.125,81</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	p18, pg43 o)	<b>-199.376,34</b>	<b>-188.957,56</b>
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>56.081,29</b>	<b>65.168,25</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	p18, pg41 j)	<b>2.683,22</b>	<b>2.560,85</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	p18, pg41 j)	<b>-14.923,23</b>	<b>-12.253,07</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>43.841,28</b>	<b>55.476,03</b>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>43.841,28</b>	<b>55.476,03</b>

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa em 10/03/2020

(valores em euros)

A Mesa Administrativa

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM**

Balança de 31 de Dezembro de 2019

<b>BALANÇO ACTIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>ANO 2019</b>	<b>ANO 2018</b>
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>12.831.942,45</b>	<b>12.604.530,72</b>
Ativos fixos tangíveis	p18, pg42 n)	12.798.109,62	12.576.544,84
Bens do Património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	1.044,32
Investimentos Financeiros		33.832,83	26.941,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
<b>ACTIVO CORRENTE</b>		<b>942.561,46</b>	<b>875.753,22</b>
Inventários		51.103,78	41.658,29
Créditos a receber	p18, pg40 c)	493.853,94	503.378,03
Estado e outros entes públicos	p17, 3.2 d), pg39	66.342,20	59.572,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Diferimentos		29.139,19	49.802,48
Outros ativos correntes	p18, pg40 d)	168.227,80	54.122,98
Caixa e depósitos bancários	p18, 3.2c), pg40 a)	133.894,55	167.218,75
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>13.774.503,91</b>	<b>13.480.283,94</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	p18, 3.2 e), pg40 b)	55.969,82	55.969,82
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		2.645.327,57	2.589.851,54
Excedentes de revalorização		6.482.392,56	6.482.392,56
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2.495.928,08	2.585.950,74
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>43.841,28</b>	<b>55.476,03</b>
<b>TOTAL DOS PATRIMONIAIS</b>		<b>11.723.459,31</b>	<b>11.769.640,69</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>378.812,44</b>	<b>221.979,96</b>
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	p15, pg35	378.812,44	221.979,96
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		<b>1.672.232,16</b>	<b>1.488.663,29</b>
Fornecedores	p18, pg41 e)	387.931,96	216.284,52
Estado e outros entes públicos	p17, 3.2 d), pg39	125.218,76	163.862,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		572.000,00	479.540,59
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	p18, pg41 f)	587.081,44	628.975,62
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.051.044,60</b>	<b>1.710.643,25</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<b>13.774.503,91</b>	<b>13.480.283,94</b>

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa em 10/03/2020

(valores em euros)

O Provedor

A Mesa Administrativa

O Tesoureiro

O Contabilista Certificado

(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

(Virgílio da Silva Fernandes)

(José Loureiro dos Santos)

## Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2019

RUBRICAS	ANO 2019	ANO 2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	4.842.457,55	4.832.632,74
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	0,00	0,00
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-1.265.677,77	-1.443.886,14
Pagamentos ao pessoal	-3.724.752,63	-3.562.420,31
Caixa gerada pelas operações	-147.972,85	-173.673,71
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.365,36	-5.575,28
Outros recebimentos/pagamentos	184.913,96	287.151,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	32.575,75	107.902,40
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-302.816,59	-228.326,50
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	2.681,42	2.382,07
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-300.135,17	-225.944,43
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	330.000,00	160.000,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-80.708,20	-39.934,87
Juros e gastos similares suportados	-15.056,58	-12.253,07
Dividendos		
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	234.235,22	107.812,06
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	-33.324,20	-10.229,97
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	167.218,75	177.448,72
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	133.894,55	167.218,75

## **ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2019**

### **1. Identificação da entidade**

#### **1.1. Designação**

Irmandade, fundada no ano de 1756, denominada Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, constituída na ordem jurídica canónica, com personalidade jurídica civil e é reconhecida como instituição privada de solidariedade social. Tem sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

#### **1.2. Natureza da atividade**

Tem como atividade principal o apoio social a pessoas idosas, com ou sem alojamento e apoio na área da saúde, com ou sem internamento. Prática do culto católico na Igreja de que é proprietária.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

2.1. As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março; pelas Portarias nº105/2011 e 106/2011 de 14 de Março e Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de Junho e pelo Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

A mensuração utilizada nas demonstrações financeiras está expressa em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados que questionem a imagem verdadeira e apropriada das contas da entidade.

Não se verificaram quaisquer casos excepcionais no decorrer do período em análise que implicassem a derrogação de qualquer disposição do normativo contabilístico aplicável.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras são as que a baixo se descreve.

#### **3.1. Bases de apresentação.**

As demonstrações financeiras tiveram por base os seguintes princípios: continuidade; regime do acréscimo (periodização económica); consistência na apresentação; materialidade e agregação; não compensação (entre ativos e passivos e entre os gastos e rendimentos) e informação comparável.

#### **3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração.**

##### a) Ativos fixos tangíveis:

O critério de mensuração foi o custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações do período foram calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens (Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro):

- Edifícios e outras construções – 50 anos;
- Equipamento básico – entre 3 e 16 anos;
- Equipamento de transporte – entre 4 e 8 anos;
- Equipamento administrativo – entre 3 e 8 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis – entre 4 e 8 anos.

(ver mapa do ativo tangível bruto e das depreciações ocorridas)

Os gastos que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como despesas de conservação e reparações do período.

#### b) Inventários

A entidade utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado.

#### c) Caixa, depósitos bancários e outros equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários e outras aplicações de curto prazo que possam ser imediatamente utilizados sem alteração do valor.

#### d) Estado e outros entes públicos/ Outros ativos correntes/ Fornecedores/ Outros passivos correntes

As dívidas a terceiros registadas nas rubricas referidas estão contabilizadas pelo respetivo valor nominal.

#### e) Fundos patrimoniais

Esta rubrica expressa o valor residual dos ativos após dedução dos passivos.

- Fundos atribuídos por fundadores da entidade ou terceiros (“Fundos”-valor inicial).
- Fundos acumulados e outros excedentes (resultados transitados acumulados de exercícios anteriores).
- Subsídios que o governo ou outras entidades públicas ou por norma legal aplicável, que estabelecem a respetiva incorporação no mesmo (Outras variações nos fundos patrimoniais).

### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.**

Tal como no período anterior, em 2019 foi reconhecimento na contabilidade como prestação serviços, as participações protocoladas com a segurança social por serem contrapartida dos serviços efetivamente prestados por cada resposta social em função do número de utentes comunicado mensalmente à segurança social.

### **5. Ativo fixos tangíveis.**

A quantia escriturada bruta (preço aquisição), as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim de 2019 estão desenvolvidas nos quadros anexos:

- a) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo tangível (mapa anexo);
- b) Movimentos ocorridos nas depreciações das rubricas do ativo tangível (mapa anexo);

### **6. Ativos intangíveis.**

Não Aplicável.

**7. Locação.**

Não Aplicável.

**8. Custos de empréstimos obtidos.**

Os encargos suportados com empréstimos são reconhecidos pelo valor efetivo.

**9. Inventários.**

O movimento desta rubrica está espelhado no mapa elaborado para representação do valor do inventário no fim do período e cálculo do C.M.V.M.C. sendo utilizado o método de custeio médio ponderado.

**10. Réditos.**

O rédito é mensurado pelo valor da contratação recebida ou a receber.

O rédito a reconhecer é deduzido do montante das devoluções, descontos e outros abatimentos, quando existem.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

**11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.**

Não aplicável

**12. Subsídios e outros apoios.**

Os subsídios à exploração são contabilizados como rendimento do período, conforme explicitação em mapa anexo.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos nos “Fundos Patrimoniais” e transferidos para ganhos do período pelo valor correspondente das depreciações do ativo fixo tangível, na proporção do respetivo financiamento (subsídio).

**13. Efeitos da alteração em taxas de câmbio.**

Não aplicável

**14. Impostos sobre o rendimento.**

Não aplicável

**15. Instrumentos financeiros.**

Financiamentos Obtidos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor efetivo, que em 31 de dezembro são de 950.812,44 euros.

**16. Benefícios dos empregados.**

O número médio de empregados durante o ano foi de 254. Além destes colaboraram com a Instituição 29 profissionais em regime de prestação de serviços.

O número de membros dos órgãos sociais é de 22. Não auferem qualquer remuneração pelo exercício das respetivas funções.

**17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.**

Nos termos do D.L.534/80 de 7 de Novembro, a entidade não apresenta dívidas em mora à Autoridade Tributária.

Nos termos do D.L.411/91 de 17 de Outubro, a entidade tem a situação regularizada atempadamente perante a Segurança Social.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano 2019 mereceram parecer positivo da Mesa Administrativa e por esta foi autorizada a sua publicação em 10 de março de 2020.

## **18. Outras informações.**

a) Acontecimentos posteriores à data do balanço – Impacto da “Covid 19”:

Em resultado da pandemia ocorrida a partir de março, a atividade da Instituição, sofreu alterações significativas, resultando daí alterações do lado das despesas, menos significativas, mas com maior significado do lado das receitas.

A pandemia e as resoluções por parte do Governo daí decorrentes originaram:

- Suspensão dos serviços de Centro de Dia, decretado pelo Governo através do DL 10-A/2020 de 13 de março, tendo nos casos de absoluta necessidade, mantido uma alternativa de serviço de apoio no domicílio;
- Redução dos serviços SAD, em resultado de parte das famílias, terem aceite de suspensão do serviço, de modo a evitar eventual contaminação externa, e pelo facto de uma parte dos trabalhadores deste serviço, terem recorrido à medida de apoio à família;
- Encerramento parcial da Fisioterapia, mantendo apenas uma atividade residual;
- Elaboração e Implementação do Planos de Contingência, tendo até à data sido emitido 19 versões
- Aquisição de material de proteção:
  - 171.200 pares de luvas
  - 6.420 máscaras
  - 325 viseiras
  - 183 L de álcool gel
  - 96 L de álcool desinfetante
  - 380 L de hipoclorito (lixívia)
  - valor total despendido 24.368€
- Recurso e adoção das medidas de apoio do Governo – DL 94-A/2020 de 16 de abril:
  - Apoio Excepcional à família para trabalhadores por conta de outrem, ao qual recorreram, nos meses de março, abril e maio, respetivamente, 29, 25 e 20 trabalhadores;
  - Apoio Extraordinário à Manutenção dos Contratos de Trabalho. Neste regime, nos meses de abril e até 10 de maio, encontravam-se respetivamente 24 e 21 trabalhadores.
- Com a publicação da Portaria 85-A/2020 de 3 de abril, ficou assegurado o recebimento das participações financeiras, das respostas sociais suspensas, tendo por base o registo das frequências do mês de fevereiro.
- Balanço e perspectivas de recuperação/retoma
  - Centro Dia: redução das participações, no mês de março de 36%, abril e maio, de 75%. Num universo de 51 utentes, 26 estiveram com os serviços totalmente suspensos e 25 a usufruírem de alguns serviços no seu domicílio (refeição, higiene pessoal e higiene habitacional). À data de hoje não há previsão de reabertura.

- SAD: redução das participações nos meses de março e abril, de 22% e 42%, respetivamente. Num universo de 77 utentes, 21 estiveram com os serviços totalmente suspensos, 16 a usufruírem apenas de alguns serviços e 40 a usufruírem da totalidade dos serviços. A partir do início do mês de maio verifica-se uma recuperação progressiva dos serviços.
  - Fisioterapia: Redução da faturação em 40% e 96% nos meses de março e abril, respetivamente. Com a reabertura, no dia 12 de maio, a faturação foi de cerca de 50% de um mês completo. Com as medidas implementadas foi possível minimizar os efeitos da pandemia na actividade da Instituição. Sendo certo que este processo ainda não terminou e esperamos que o impacto na nossa actividade seja o menor possível.
- b) Outras divulgações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

## CONTA DE EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO – ANO 2019

<b>Código Conta</b>	<b>Gastos e Perdas</b>	<b>Valores 2019</b>		<b>Valores 2018</b>	
<b>61</b>	<b>Custo das Mercad. Vendidas e das Mat. Consumidas</b>				
61211	Géneros Alimentares	480.824,30		459.627,64	
61211	Outros	318.599,51	799.423,81	318.504,76	778.132,40
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>				
621	Subcontratos	0,00		0,00	
6221/8	Serviços Especializados	570.743,30		617.642,71	
6231/8	Materiais	15.071,45		17.787,36	
6241/8	Energia e fluidos	265.907,22		262.109,20	
6251/8	Deslocação, Estadas e Transporte	1.313,84		1.572,91	
6261/8	Serviços Diversos	113.526,72	966.562,53	135.975,59	1.035.087,77
<b>63</b>	<b>Gastos com o Pessoal</b>				
6321	Remunerações Certas	2.548.822,15		2.502.423,00	
6322	Remunerações Adicionais	0,00		0,00	
633	Formação Profissional	4.306,71		1.282,60	
635	Encargos Sobre Remunerações	552.791,68		540.518,79	
636	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças Profissionais	62.330,58		53.929,86	
637/8	Outros Custos com o Pessoal	127.515,33	3.295.766,45	115.267,75	3.213.422,00
<b>64</b>	<b>Gastos de Depreciação e de Amortização</b>		199.376,34		188.957,56
<b>65</b>	<b>Perdas por imparidade</b>		0,00		8.640,97
<b>67</b>	<b>Provisões do Período</b>		0,00		0,00
<b>68</b>	<b>Outros Gastos e Perdas</b>				
681	Impostos (taxas)	1.537,36		1.603,68	
68881/2	Apoio carenciados e gratif. estímulo a utentes	6.576,19		10.349,47	
6883	Quotizações	4.078,00		4.078,00	
6889	Outros	19.062,32	31.253,87	13.256,66	29.287,81
<b>69</b>	<b>Gastos de Financiamento e Perdas Similares</b>				
691	Juros Suportados	14.923,23		12.253,07	
698	Outros	0,00	14.923,23	0,00	12.253,07
			5.307.306,23		5.265.781,58
	Resultado Líquido do período		43.841,28		55.476,03
			5.351.147,51		5.321.257,61

## CONTA DE EXPLORAÇÃO DO EXERCÍCIO – ANO 2019

Código Conta	Rendimentos e Ganhos	Valores 2019		Valores 2018	
<b>71</b>	<b>Vendas</b>		0,00		0,00
<b>72</b>	<b>Prestações de serviços</b>				
721	Quotas dos Utilizadores-Matric., Mensal. de Utentes/Clientes	4.537.229,59		4.558.047,14	
722/8	Outros	154.227,20	4.691.456,79	104.728,02	4.662.775,16
<b>74</b>	<b>Trabalhos para a Própria Instituição</b>				
748	Para Autoconsumos	0,00		0,00	
749	Para Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>75</b>	<b>Subsídios, Doações e Legados à Exploração</b>				
751	Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos				
7511	Centro Distrital de Segurança Social	0,00		0,00	
7514/8	Outros	161.919,98		68.671,47	
752/8	Subsídios de Outras Entidades	0,00	161.919,98	0,00	68.671,47
<b>76</b>	<b>Reversões</b>		0,00		0,00
<b>77</b>	<b>Ganhos por Aumentos de Justo Valor</b>		0,00		0,00
<b>78</b>	<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>				
781	Rendimentos Suplementares	47.997,87		161.888,36	
784	Ganhos em Inventários	0,00		0,00	
787	Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	143.504,86		208.858,84	
7883	Subsídios para Investimentos (transferências)	90.022,66		94.021,52	
782/8	Outros	213.562,13	495.087,52	122.481,41	587.250,13
<b>79</b>	<b>Juros e Outros Rendimentos Similares</b>				
791	Juros Obtidos	2.683,22		2.560,85	
798	Outros Rendimentos Similares	0,00	2.683,22	0,00	2.560,85
			5.351.147,51		5.321.257,61

<b>RESUMO:</b>			
EBITDA		255.457,63	254.125,81
Resultados operacionais		56.081,29	65.168,25
Resultado Líquido do período		43.841,28	55.476,03

## **Proposta de Aplicação de Resultados**

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício de 2019, no montante de 43.841,28 euros, seja afetado à conta de Resultados Transitados.



Ivo Marcelo Duarte  
Figueira Matos de Araújo  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim”, que compreendem o balanço em 31/12/2019 (que evidencia um total de 13.774.503,91 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.723.459,31 euros, incluindo um resultado líquido do período de 43.841,28 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Rua Casa dos Poveiros do Rio, 175  
4490-499 Póvoa de Varzim  
Tlf: 252 684 977 Tlm: 919 522 153  
NIF 168 288 613  
ivoaraujo.roc@gmail.com  
INSCRITO NA O.R.C. N.º 1711

Página 1 de 3



Ivo Marcelo Duarte  
Figueira Matos de Araújo  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

Rua Casa dos Povelos do Rio, 175  
4490-499 Póvoa de Varzim  
Tlf: 252 684 977 Tlm: 919 522 153  
NIF 168 288 613  
ivoaraujo.roe@gmail.com  
INSCRITO NA O.R.O.C. N.º 1711



Ivo Marcelo Duarte  
Figueira Matos de Araújo  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Póvoa de Varzim, 19 de maio de 2020<sup>^</sup>

Ivo Matos de Araújo (ROC n.º 1711)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM  
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM  
Cont. nº 500 850 208

**RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO**  
**PERÍODO DE 2019-01-01 A 2019-12-31**

Caros Irmãos

Nos termos do nº.1 do artigo 31 do Compromisso, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas relativos ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2019, como segue:

1 - Ao longo do período em causa e especialmente a propósito do encerramento das contas, acompanhamos a gestão e as contas da Santa Casa, com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

- a No decorrer do período, acompanhamos com regularidade a gestão da Instituição, por via de indagações junto dos seus dirigentes e dos respetivos serviços administrativos, bem como pela análise da documentação, suporte das operações mais relevantes;
- b Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;
- c Indagamos sobre a situação fiscal da Instituição.

2 - Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a opinião de que:

- a A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação pelo respeito pelos Estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da Lei;
- b O Relatório de Gestão traduz, com um grau de detalhe aceitável, a evolução da atividade da Instituição nas diversas valências, a atividade social, a evolução que se perspetiva para a Instituição, bem como a explanação dos resultados obtidos no período e a proposta quanto à respetiva aplicação;



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM  
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM  
Cont. nº 500 850 208

C As rubricas de ativo e passivo expressas no balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da Instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar o seguinte:

- O ativo não corrente cresceu 1,8%, fruto dos investimentos realizados no arranque das obras de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação do Pensionato e Requalificação Energética dos Edifícios da Estrutura Residencial;

- No ativo corrente de destacar as rubricas:

-- "créditos a receber", que se mantém elevada (€ 493.853,94) apesar de ter uma diminuição bastante positiva relativamente ao exercício anterior. Tais créditos são provenientes de obrigações contratuais referentes a serviços prestados na área de cuidados continuados e de fisioterapia, da responsabilidade da ARS e da Segurança Social, sendo público os atrasos do Estado na liquidação das suas dívidas; e

-- “outros ativos correntes, com um aumento muito significativo e que totaliza € 168.227,80 (em 2018 € 54.122,98), sendo de destacar um apoio extraordinário da Autarquia no valor de € 82.718,43 e a concretização de um acordo, relativamente ao pagamento das rendas, com o parceiro que gere a imagiologia no montante de € 80.696,55;

- No passivo é de salientar:

-- Passivo não corrente “ Financiamentos obtidos” com um aumento de cerca de 70%, totalizando o montante de € 378.812,44, justifica-se pela necessidade de fazer face à liquidação de despesas de projetos e de parte da obra, dado que o valor recebido a fundo perdido foi residual;

-- Passivo corrente “ fornecedores” aumento de 71% e “financiamentos obtidos-curto prazo” aumento de 19,3%. Tais acréscimos têm a sua origem, igualmente, na necessidade de fazer face às obrigações decorrentes do investimento na obra nova, uma vez que o recurso ao IFRU ainda não está concretizado. A solução encontrada foi o aumento médio no prazo de pagamento a fornecedores e o recurso a um financiamento de curto prazo.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM  
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM  
Cont. nº 500 850 208

- a rubrica “ outros passivos correntes” prende-se com os valores de férias e subsídios a liquidar em 2020;

d) A demonstração de resultados por natureza, expressa, quanto à atividade da Santa Casa, valores coerentes com os do período homólogo, sendo de referir o seguinte:

- Especificamente, quanto à atividade da Instituição, o resultado vem na linha dos anos anteriores, sendo de realçar o seguinte:

- As receitas na sua globalidade, cresceram 0,6%, o que é um bom indicador, tendo em conta que as receitas provenientes da Segurança Social continuam a diminuir;

- Os custos na sua globalidade mantiveram-se quase inalteráveis, pois o aumento de 2% na rubrica “gastos com pessoal” foram compensados através da diminuição nos “fornecimentos e serviços externos” o que demonstra uma gestão muito cautelosa e rigorosa.

- Por fim, é de salientar o cumprimento, quase integral, do plano de acção, com especial relevância na parceria com o Instituto de Emprego relativamente à formação dos trabalhadores em contexto de trabalho, implicando a ausência de custos, bem como o reforço no apoio a pessoas carenciadas.

e) O Relatório e as Contas apresentadas, cujo balanço expressa um total de ativo de € 13 774 503,91 e um total de fundos patrimoniais de € 11 723 459,31 (incluindo um resultado líquido do período de € 43 841,28) satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da Santa Casa da Misericórdia.



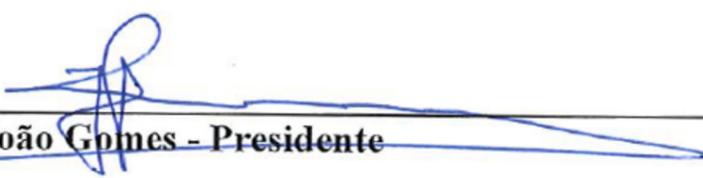
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM  
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM  
Cont. n.º 500 850 208

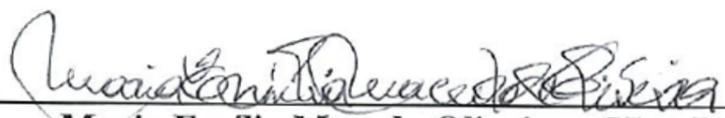
## PARECER

Como conclusão das notas acima expressas - o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao período de 1 de Janeiro de 2019 a 31 Dezembro de 2019, propondo-se um voto de louvor à Mesa Administrativa.

Póvoa de Varzim, 20 de Maio 2020

### O Definitório

  
João Gomes - Presidente

  
Maria Emília Macedo Oliveira – Vice-Presidente

  
José Alberto de Sousa e Silva - Secretário

## Corpos Sociais para o quadriénio 2020/2023

### ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira*  
Vice-Presidente *José Carlos Brandão Gomes*  
Primeiro Secretário *Mateus Manuel Maio Ribeiro*  
Segundo Secretário *José Antunes Santos Silva*  
Suplentes *Abel Alcino da Silva Ferreira*  
*José Miguel Alves de Aguiar Quintas*

### DEFINITÓRIO

Presidente *João Pereira Gomes*  
Vice-Presidente *Maria Emília Macedo Oliveira*  
Secretária *José Alberto de Sousa e Silva*  
Suplentes *Joaquim José Pereira Figueiredo*  
*Jorge Manuel de Guimarães Caimoto*

### MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira*  
Vice-Provedor *Pedro Manuel Arteiro Falé*  
Secretário *José Manuel Lobo Martins*  
Tesoureiro *Virgílio da Silva Fernandes*  
Vogais *Mário José Leite*  
*António Fernando Maio Ribeiro*  
*Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro*  
Suplentes *António Manuel Gomes Carvalho*  
*Gaspar Rodrigues da Silva*  
*Manuel Abel Milhazes Rigor*  
*João Maria de Freitas Pereira*